

Aula 00

*ANM (Exceto cargos 11, 13 e 15) Passo
Estratégico de Regulação e Agências
Reguladoras - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:

Celso Natale, Leonardo Gadelha

03 de Dezembro de 2024

EFICIÊNCIA E FALHAS DE MERCADO

Sumário

<i>Apresentação</i>	2
<i>O que é o Passo Estratégico?</i>	3
<i>Análise Estatística</i>	4
<i>O que é mais cobrado dentro do assunto?</i>	4
<i>Aposta estratégica</i>	5
<i>Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque</i>	5
<i>Questões estratégicas</i>	12
<i>Questionário de revisão e aperfeiçoamento</i>	22
<i>Perguntas</i>	22
<i>Perguntas com respostas</i>	23
<i>Lista de Questões Estratégicas</i>	25
<i>Gabarito</i>	29



APRESENTAÇÃO

Olá!

Meu nome é **Celso Natale** e serei seu analista neste Passo Estratégico de **Regulação e Agências Reguladoras p/ ANM**, **exceto cargos 11, 13 e 15** (versão Pós-Edital)!

Além de professor titular de Economia – Micro, Macro, Setor Público, Internacional, entre outras – aqui do Estratégia Concursos, sou coordenador dos cursos da Diplomacia e Analista do Banco Central do Brasil, meu primeiro e único concurso. Como passei? Com estratégia (e muito esforço, é claro), e é isso que pretendo dividir com você nos próximos dias.

Atuar no Passo é consequência natural de tantos anos debruçado sobre provas de concursos, porque isso me proporcionou uma visão bastante aprofundada da forma como as bancas elaboram as provas e, mais importante, da forma como os candidatos são aprovados.

Além disso, se há algo que aprendemos em Economia é a otimizar os recursos escassos, como seu tempo, não é? Nessa missão, conto com a ajuda de um colega especialista na área, e já vou passar a palavra para ele.

E aí, tudo joia? Meu nome é **Leonardo Gadelha** e, assim como o Mestre Celso, estarei à disposição para ajudar você nessa caminhada. Sou Economista formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com especialização em Direito Tributário. Atualmente, sou professor de Economia e Finanças Públicas do Sistema de Questões do Estratégia, além de fazer parte da equipe de Economia responsável pelo fórum de dúvidas.

Enfim, estamos muito felizes e comprometidos com essa responsabilidade. Vamos juntos!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias**, quanto para **maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular**.

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo**.

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos nos stories do Instagram e nos marque:



[@passoestrategico](https://www.instagram.com/passoestrategico)

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de concurseiros!



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Seguimos atualizando os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos:

Assunto	Grau de incidência: Cebraspe
1 O papel regulador do Estado: pressupostos, objetivos e instrumentos; conceitos básicos: regulação econômica e social; externalidades, bens públicos e bens comuns, assimetria de informação (seleção adversa e perigo moral); falhas de mercado (barreiras de entrada); Estado e regulação;	47,28%
falhas de governo; conceitos de regulação, desregulação e re-regulação. 2 Abordagens econômicas: teoria econômica da regulação, teoria da captura, teoria do agente principal. 3 Formas de regulação: regulação de preço; regulação de entrada; regulação de qualidade. 5 Boas práticas regulatórias: análise do impacto regulatório. 6 Regulação e formação de preços para estruturas de mercado de concorrência imperfeita. 7 Conceitos básicos sobre regimes tarifários. 8 Tarifação por custo de serviço. 9 Tarifação por preço teto. 10 Regulação por incentivos. 11 Regulação para competição. 12 Ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório). 13 Governança regulatória. 14 Intervenções e estratégias regulatórias. 15 Agenda regulatória e o processo de participação e controle social. 16 Ferramentas de planejamento regulatório. 17 Monitoramento e revisões da agenda regulatória. 18 Métodos de avaliação de resultado regulatório. 19 Regulação responsiva. 25 Decreto nº 10.411/2020.	48,07%
4 Regulação setorial: regulação do setor de transportes terrestres no Brasil. 23 Lei nº 10.871/2004. 24 Lei nº 12.529/2011.	4,65%

O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem os nossos assuntos, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança
Eficiência Econômica	14,44%
Bens Públicos	25,56%
Externalidades	42,22%
Informações assimétricas	17,78%



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa¹.

Em Falhas de Mercado, “Bens Públicos”, apesar de não ser o tema mais frequente, tem um conceito extremamente recorrente e simples de absorver: suas características de **não rivalidade** e **não exclusividade**.

CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS

Não exclusividade: é impossível, tecnicamente, impedir as pessoas de consumir o bem público. Consequência: problema do carona.

Não rivalidade: o consumo por um indivíduo não impede o consumo por outro. Consequência: custo marginal nulo (ou irrisório).

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem preparado no assunto, você precisa, basicamente, seguir os passos a seguir:

1. A eficiência que importa, em Economia, é a chamada eficiência de Pareto. Algumas vezes chamada “ótimo de Pareto”.

1.1 Eficiência (Ótimo) de Pareto, de acordo com Varian é “Uma situação econômica é dita eficiente no sentido de Pareto se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra.”

1.2 Seguindo essa lógica, se é possível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a situação de ninguém, estamos diante de um caso de ineficiência no sentido de Pareto.

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



1.3 Isso torna a eficiência de Pareto um resultado sempre preferível à ineficiência. Afinal, se podemos melhorar a situação de alguém sem prejudicar ninguém, por que não fazer isso?

1.4 A eficiência de Pareto é preferível à ineficiência, mas isso não significa que ela é perfeita. Imagine que há apenas dois indivíduos em uma economia. Um deles detém toda a riqueza e todos os recursos, enquanto o outro não tem nada. A situação é eficiente no sentido de Pareto, pois a única forma de melhorar a situação do indivíduo que não tem nada é piorando a situação do indivíduo que tem tudo. Por isso, é possível termos situações eficientes, mas socialmente injustas.

2. A compreensão desse relatório também passa pelo entendimento de que as Falhas de Mercado são causa de ineficiência dos mercados.

2.1 Na presença de falhas, o mercado não consegue - sem ajuda - atingir uma situação ótima, na qual a sociedade obtém o maior nível de bem-estar possível.

2.2 As falhas podem assumir diversos tipos, dos quais são destaques nas provas: bens públicos, externalidades e informações assimétricas.

3. Para começar a compreender os bens públicos, convém saber o que seriam bens privados,

3.1 Bens privados têm exclusividade e rivalidade como características de consumo. Elas tornam possível saber a quantidade e o preço pago pelo bem, por cada consumidor. Podemos individualizar o consumo dos bens privados.

3.1.1 Para exemplo de bem privado, pense no seu celular. Ele é rival e exclusivo. Rival, pois o fato de você ter adquirido ele impede que outra pessoa adquira o mesmo aparelho. Exclusivo porque o vendedor pôde excluir todos aqueles que não estavam dispostos a pagar o preço pelo aparelho.

3.1.2 Dessa forma, quem percebe maior utilidade no consumo do bem privado vai comprar quantidades maiores e/ou pagará preços maiores.

3.2 Os bens públicos são aqueles bens não rivais e não exclusivos. Então você já deve imaginar que sem rivalidade e sem exclusividade, como é o caso dos bens públicos, isso fica bem mais complicado.

3.2.1 Uma queima de fogos pelas cidades brasileiras na virada de ano, por exemplo, é não rival, posto que o fato de você desfrutar os prazeres visuais não impede que eu também o faça; e não exclusivo, pois não é possível, para o organizador, excluir as pessoas que desejem assistir ao show.

3.2.2 A não rivalidade também acarreta o problema chamado de caronas, ou free riders, que são os indivíduos que desfrutam dos bens sem contribuir para isso. "O carona" é o indivíduo que desfruta de um bem, recebendo seus benefícios, sem pagar nada por isso.



3.2.3 Por isso a Polícia, a Justiça e a segurança pública são financiadas por impostos. Também por isso a iniciativa privada não costuma se interessar em oferecer os bens públicos, cabendo ao governo esse papel. São exemplos de bens públicos: a limpeza das ruas, dos rios e do ar; a segurança nacional (forças armadas, Polícia Federal e inteligência); os museus; os parques; a solidez e eficiência do sistema financeiro; o poder de compra da moeda.

3.2.4 O que esses bens públicos têm em comum é não obedecerem à lógica de rivalidade e exclusividade. Pelo contrário, eles têm por características a não exclusividade e a não rivalidade.

3.3 Você deve compreender algo sobre a oferta de bens públicos.

3.3.1 Por serem não exclusivos, todos desfrutam dos bens públicos, pagando por eles ou não. Isso é muito diferente dos bens privados que, pode ser exclusivos, só serão consumidos por aqueles que pagarem, e digo mais: apenas por aqueles que pagarem o preço.

3.3.2 Já a não rivalidade significa que o bem não se divide, de forma que o consumo por uma pessoa não impede o consumo por outra pessoa, e isso traz uma consequência interessante: o custo marginal, que é o custo de produzir e ofertar uma unidade adicional de um bem, é nulo.

3.3.3 O governo investe alguns bilhões em segurança nacional. Esse é o custo de manter, entre outras coisas, soldados protegendo nossas fronteiras. Quando nasce um cidadão, esse custo não aumenta, mesmo que ele seja um novo consumidor dessa segurança pública. Isso porque o consumo do cidadão recém-nascido de segurança nacional não rivaliza com o meu ou com o seu consumo desse bem.

3.3.4 Por causa de suas características, os bens públicos impedem que os mercados alcancem a eficiência econômica, porque o sistema de preços não funciona adequadamente quando os consumidores não revelam suas preferências.

3.3.5 A solução é que os bens públicos sejam ofertados pelo governo e financiados por meio de tributos cobrados da sociedade. Dessa forma, o Estado age corrigindo essa falha.

3.4 Avancemos aos bens semipúblicos (ou meritórios), que ficam no meio do caminho entre os bens públicos e os privados.

3.4.1 Os bens meritórios são exclusivos, como os bens privados, mas são não rivais, como os bens públicos. Isso quer dizer que o consumo dos bens meritórios por uma pessoa não impede que outra também o consuma, mas é possível excluir indivíduos.



3.4.2 O melhor exemplo, que inclusive dá nome ao tipo de bens, são as universidades, que favorecem o mérito ao permitir o ingresso somente de quem passar no vestibular.

3.4.3 Os bens semipúblicos são privatizáveis, pois a exclusividade os torna interessantes para o setor privado ofertar, como é o caso do próprio ensino, e da saúde. Mas eles também costumam ser ofertados pelo Estado por gerarem externalidades positivas, ou seja, grandes benefícios para a sociedade em geral.

3.5 E para terminar, existem os bens rivais e não exclusivos: são os chamados bens comuns, dos quais os peixes no mar são o melhor exemplo, posto que a pesca por uma pessoa impede a pesca por outra, contudo não é possível impedir (em regra) que um indivíduo pesque.

4. O segundo tipo de falhas de mercado que veremos são as externalidades, efeitos que as ações de um indivíduo (ou grupo) têm sobre os demais.

4.1 Externalidades podem ser positivas, quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou negativas, quando trazem prejuízos. A poluição que uma fábrica lança ao ar é um exemplo clássico de externalidade negativa, enquanto a limpeza residencial, que tem por consequência eliminação do famigerado Aedes, é um ótimo exemplo de externalidade positiva.

4.2 Do ponto de vista técnico, portanto, ocorre uma externalidade quando os custos sociais (CS) são diferentes dos custos privados (CP), ou quando os benefícios sociais (BS) são diferentes dos benefícios privados (BP).

4.2.1 Os custos privados são representados pelos efeitos internos de uma ação econômica. Os efeitos internos das ações econômicas não escapam ao registro do preço e são, portanto, consideradas no cálculo econômico dos agentes privados.

4.2.2 Os custos sociais, por sua vez, são representados pela soma dos efeitos internos com os efeitos externos que escapam ao mecanismo de preços e não são considerados nos cálculos do agente privado, quando este precifica determinado bem ou atividade econômica.

4.2.3 Quando os custos sociais excedem os custos privados, configura-se uma externalidade negativa. Nestas circunstâncias, haverá uma tendência de superoferta (produção maior que o ideal), porque parte dos custos de produção será absorvida por outros agentes que não o inicial.

4.2.4 Uma medida alocativa (intervenção do governo) adequada seria, por exemplo, a imposição de um tributo sobre a produção deste bem, com vistas a desencorajá-la. Outra medida viável seria a aplicação de multas à medida que as ações prejudiciais à coletividade fossem detectadas.

4.2.5 Os benefícios privados são representados basicamente pelos lucros auferidos pelo agente privado e não escapam ao mecanismo de preços. O



benefício social, por sua vez, é a soma dos efeitos internos com os externos que escapam ao mecanismo de preços.

4.2.6 Quando os benefícios sociais superam os benefícios privados, temos uma externalidade positiva; os benefícios que o produtor concede à sociedade são maiores que aqueles pelos quais estará sendo compensado via mercado.

4.2.7 Dessa forma, haverá tendência à sub oferta do bem ou serviço (produção menor que o ideal). A medida alocativa para corrigir esta sub oferta seria, digamos, a concessão de um subsídio à firma/indivíduo, de forma a encorajá-lo a aumentar a produção.

4.2.8 O sistema de mercados não tem como ajustar os preços a essas divergências, visto que as externalidades não são mensuradas nos preços praticados. Desse modo, as responsabilidades na promoção dos ajustes são transferidas para o governo, que poderá corrigir essas falhas mediante incentivos às externalidades positivas e desincentivos às externalidades negativas.

4.2.9 Observe que essas situações representam falhas de mercado, uma vez que, em mercados competitivos, as ações dos agentes devem estar refletidas no mecanismo de preços. Estes, por sua vez, são resultado da livre interação entre oferta e demanda.

4.2.10 Se temos externalidades, há tendência à sub/super oferta/demanda, o que faz com que o mercado se afaste do resultado competitivo (concorrência perfeita).

4.2.11 Segue agora um quadro com um resumo sobre as situações em que há externalidades negativas ou positivas:

Situação	Externalidade	Medida interventiva/regulatória + exemplo
$BS=BP$	Não há	-
$CS=CP$	Não há	-
$BS>BP$	Positiva	Incentivo à externalidade (subsídio, incentivo fiscal).
$CS>CP$	Negativa	Desincentivo à externalidade (tributação mais elevada, multas, proibição).

A regra básica é esta: quando um benefício social (BS) - ou "algo bom" para a sociedade - supera uma coisa boa ou um benefício para o particular (BP), teremos externalidade positiva, que deve ser incentivada pelo governo. Por outro lado, quando um custo social (CS) - ou "algo ruim" para a sociedade - supera um custo ou algo ruim para o particular (CP), teremos externalidade negativa, que deve ser desincentivada.

4.3 São duas as principais causas das externalidades: ausência de direitos de propriedade e custos de transação.



5. E para fechar, temos as Assimetria de Informações, que ocorrem quando uma das partes de uma transação possui informações que a outra parte não tem.

5.1 A assimetria de informações está presente em muitas relações de consumo: quando você compra um carro usado e o vendedor esconde defeitos, quando você compra um alimento industrializado sem saber as substâncias nocivas em sua composição, quando você assina sua internet banda larga sem perceber que a conexão raramente tem a velocidade contratada.

5.2 O principal exemplo, contudo, possivelmente são os contratos, especialmente os financeiros, pois os elementos relevantes para a realização de uma transação financeira não são totalmente transparentes, isto é, nem sempre há livre disponibilidade de informações relevantes a todas as partes envolvidas na transação.

5.2 O papel do governo é, então, diminuir essa assimetria dando à parte mais “fraca”, geralmente o consumidor, direitos de obter as informações que precisar para tomar sua decisão de consume.

5.3 É importante notar que as assimetrias de informação assumem duas modalidades mais cobradas: o risco moral e a seleção adversa.

5.3.1 O conceito de risco moral (em inglês, moral hazard) está presente quando existe a possibilidade de uma das partes alterar seu comportamento, de forma prejudicial à outra.

5.3.1.1 O melhor exemplo é o seguro de automóvel. Antes de adquirir o seguro, o motorista toma todas as precauções do mundo: dirige com cuidado, para o carro em estacionamentos para não ser roubado etc. Depois de comprar o seguro, existe o risco de essas precauções serem abandonadas, em prejuízo da seguradora.

5.3.1.2 Ao mesmo tempo, a ação do agente de uma das partes não pode ser controlada e/ou não pode ser verificada, ou seja, a condição para o problema de moral hazard (risco moral) existe quando a ação do agente não é verificável ou controlável.

5.3.1.3 Ainda dentro do conceito de risco-moral, há o subtipo do problema agente-principal, que consiste no risco do agente, designado pelo principal para determinado objetivo, agir em benefício próprio, em detrimento dos interesses do principal.

5.3.2 Já a seleção adversa está relacionada à escolha acidental daquilo que é justamente o contrário do que se pretendia.

5.3.2.1 Esse risco está presente nos bancos, que cobram taxas altas por seus empréstimos como forma de cobrir eventuais inadimplências de alguns clientes. Contudo, os bons pagadores podem ser repelidos pelas taxas



altas, enquanto péssimos pagadores sem intenção nenhuma de honrar seus empréstimos não se importarão com taxas altas.

5.3.3 Um tipo de informação assimétrica é a chamada informação privilegiada. Trata-se da informação que algumas pessoas podem ter sobre fatos que não são de conhecimento público. Por exemplo: analistas da Comissão de Valores Mobiliários avaliam planos de fusões entre empresas antes de se tornarem públicos. Algumas dessas fusões podem provocar aumento do preço das ações das empresas. Se os analistas da CVM comprassem um monte de ações das empresas, poderiam vender logo depois que a fusão se tornasse pública e o preço das ações disparasse. É por isso que eles são proibidos de investir em ações.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (CEBRASPE / 2024 / Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial / INPI) À luz da teoria microeconômica, julgue o próximo item.

Um fundo garantidor, integralizado apenas com recursos públicos, voltado a suportar integralmente o risco de crédito de instituições financeiras em operações de empréstimos e financiamentos contratadas com pessoas de baixa renda, mediante o pagamento de taxa de proteção embutida nas prestações, tenderá a criar um problema de risco moral, em função de ações não observáveis dos credores, que prejudicaria a sustentabilidade do sistema de proteção.

Comentários:

Essa questão é interessante porque apresenta uma relação diferente do usual em situações de assimetria de informações. Normalmente, o risco moral envolve pessoas que contratam serviços de empresas e passam a agir de forma mais arriscada, sabendo que não arcarão com as consequências.

Aqui, porém, a relação é entre o governo e as empresas, já que o governo criou um fundo com recursos públicos para cobrir o risco de crédito das instituições financeiras. Portanto, quem assume o comportamento de risco moral são as próprias instituições financeiras.

Como o fundo garante integralmente os riscos de crédito para as instituições financeiras, essas instituições podem ser incentivadas a relaxar seus critérios de avaliação de crédito, emprestando de forma imprudente, já que o fundo cobrirá eventuais perdas. Temos, portanto, uma situação de **risco moral**.

Gabarito: Certo



2. (CEBRASPE / 2023 / CNMP / Apoio Técnico Administrativo) Acerca das funções fiscais ou clássicas do Estado, julgue o seguinte item.

A assimetria de informação decorrente de comportamentos oportunistas dos agentes possuidores da informação provoca dois problemas principais: a seleção adversa, quando a assimetria deriva das ações dos agentes que distorcem o risco e pode ser amenizada com monitoramento e incentivos em busca de maior lisura nos mecanismos contratuais; e o perigo moral (moral hazard), quando a assimetria está no diferencial de risco entre os diversos agentes econômicos – uma parte sabe suas características privadas e a outra as desconhece ou não tem acesso a elas –, porém tal risco pode ser amenizado com melhorias da qualidade e do fluxo de informações.

Comentários:

Já adianto que a questão está errada, pois inverte os conceitos. O diferencial de risco entre os diversos agentes econômicos é representado pela Seleção Adversa, ao passo que ações dos agentes que distorcem o risco consiste no Risco Moral.

Vamos analisar cada um desses conceitos:

► **SELEÇÃO ADVERSA:** é um problema pré contratual. Temos como exemplo o mercado de seguro de automóveis, onde determinada firma (seguradora) deseja saber o nível de risco de um potencial cliente. Se ela, sem querer, selecionar um cliente de alto risco, da próxima vez poderá exigir mais garantia ou subir seus preços, impedindo talvez que um bom cliente (de baixo risco) consiga contratar o seguro.

► **RISCO MORAL:** é um problema pós contratual. Uma vez formalizado o contrato, uma das partes passa a tomar ações indesejáveis sob o ponto de vista contratual. Também temos como exemplo o mercado de seguros de carro. Uma vez feito o seguro, o segurado se sente “seguro” em relação a perigos com o carro e não procura evitá-lo de forma mais ostensiva. Como consequência, os prêmios de seguro tendem a aumentar, pois mais carros são roubados, em virtude da falta de cuidado de seus donos ao contratar os seguros. Perceba, portanto, que o Risco Moral tem a ver com mudanças comportamentais posteriores.

Gabarito: Errado

3. (CEBRASPE / 2022 - Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC)

Alguns bens e serviços, por sua natureza, não podem ter sua oferta e procura determinadas pelas teorias clássicas da firma e do consumidor. Isso pode ocorrer por várias razões, como o fato de ser impossível impedir que um indivíduo desfrute do benefício trazido pelo bem ou serviço, mesmo que não tenha pagado por ele. Um exemplo típico é um farol, que ilumina as águas e o litoral ao redor de sua área. Mesmo que um fornecedor privado do serviço do farol cobrasse as embarcações que chegam ao porto pelo uso do serviço, outras embarcações que



não aportam também se beneficiariam da iluminação do farol, porém sem pagar pelo preço do serviço.

Considerando as informações e a situação hipotética do caso do farol, julgue o item a seguir.

A falha de mercado descrita no caso do farol é a externalidade negativa.

Comentários:

Na verdade, o que ocorre no caso em tela é o chamado **Problema do Carona**.

Ainda que o fornecedor privado decida cobrar de certas embarcações, ninguém é obrigado a aderir, e como todos podem se beneficiar da iluminação do farol, pagando ou não, muitos barcos podem simplesmente optar por não pagar.

Isso ocorre porque a iluminação do farol é um bem não exclusivo, o qual não se pode privar sua utilização. Ou seja, não se pode excluir uma pessoa do consumo desse bem. E essa característica da não exclusividade favorece o surgimento de free riders (caronas), ou seja, indivíduos que desfrutam dos benefícios de um bem sem pagar nada por isso. A essa situação, chamamos de problema do carona.

Gabarito: Errado

4. (CEBRASPE / 2022 - Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC)

Alguns bens e serviços, por sua natureza, não podem ter sua oferta e procura determinadas pelas teorias clássicas da firma e do consumidor. Isso pode ocorrer por várias razões, como o fato de ser impossível impedir que um indivíduo desfrute do benefício trazido pelo bem ou serviço, mesmo que não tenha pagado por ele. Um exemplo típico é um farol, que ilumina as águas e o litoral ao redor de sua área. Mesmo que um fornecedor privado do serviço do farol cobrasse as embarcações que chegam ao porto pelo uso do serviço, outras embarcações que não aportam também se beneficiariam da iluminação do farol, porém sem pagar pelo preço do serviço.

Considerando as informações e a situação hipotética do caso do farol, julgue o item a seguir.

A impossibilidade de cobrar cada beneficiário pelo serviço do farol o caracteriza como um bem não exclusivo.

Comentários:

Isso mesmo. Lembre-se que a **não exclusividade** de um bem significa que todos podem usufruir dele, independentemente de pagamento, pois **não há como, de forma prática, excluir os não pagantes** do uso desse bem.



Portanto, o serviço do farol é não exclusivo quando o fornecedor não consegue cobrar de maneira eficiente todos os indivíduos que se beneficiam desse bem. Em outras palavras, não é possível excluir ninguém do uso do bem, mesmo se eles não contribuírem para seu custo.

Gabarito: Certo

5. (CEBRASPE / 2022 - Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC)

Alguns bens e serviços, por sua natureza, não podem ter sua oferta e procura determinadas pelas teorias clássicas da firma e do consumidor. Isso pode ocorrer por várias razões, como o fato de ser impossível impedir que um indivíduo desfrute do benefício trazido pelo bem ou serviço, mesmo que não tenha pagado por ele. Um exemplo típico é um farol, que ilumina as águas e o litoral ao redor de sua área. Mesmo que um fornecedor privado do serviço do farol cobrasse as embarcações que chegam ao porto pelo uso do serviço, outras embarcações que não aportam também se beneficiariam da iluminação do farol, porém sem pagar pelo preço do serviço.

Considerando as informações e a situação hipotética do caso do farol, julgue o item a seguir.

Por ser fornecido pelo Estado, como o serviço de água e esgoto, o serviço de farol é um bem público.

Comentários:

Aqui, é importante guardar na mente que o que caracteriza um bem público não é o setor que o oferta (estatal ou privado), mas sim os atributos de não exclusividade e não rivalidade.

Assim, o que define um bem em público são esses dois atributos, independente da produção estatal.

Logo, os bens públicos até poderiam ser produzidos pelo setor privado, embora o estímulo estatal seja necessário no caso de bens públicos puros. Afinal, o setor privado não terá incentivos em ofertar um bem em que não se pode excluir aqueles que não quiserem pagar por ele.

Gabarito: Certo

6. (CEBRASPE / 2022 - Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC) Julgue o item subsequente, acerca do papel do estado e das funções econômicas por ele desempenhadas.

A atividade estatal justifica-se pela necessidade de um bem do qual os consumidores não são excluídos caso não o paguem.



Comentários:

Se os consumidores não podem ser excluídos caso não paguem pelo bem, o **setor privado não terá incentivo em ofertar esse bem, cabendo ao Estado ofertá-lo à sociedade.**

Em primeiro lugar, a atuação do Estado na provisão de determinados bens é explicada pela sua Função Alocativa, que decorre da incapacidade do mercado privado de suprir a sociedade de bens e serviços de consumo coletivo.

Além disso, **quando não se pode excluir uma pessoa** de consumir determinado bem, mesmo que ela não pague por ele, dizemos que esse bem é **não exclusivo.**

Por esse motivo, não é atrativo para o setor privado ofertar bens não exclusivos, o que justifica a atuação do Estado na provisão desses bens.

Gabarito: Certo

7. (CEBRASPE / 2022 / Profissional em Atividade de Nível Superior / ANP) A respeito das falhas de mercado e dos conceitos básicos que caracterizam a teoria da regulação econômica, julgue o item a seguir.

O fornecimento de gás natural e a extração de petróleo são considerados bens públicos por serem essenciais à economia.

Comentários:

O que caracteriza um bem público é a sua essencialidade? Não.

Você já sabe que o que caracteriza esse tipo de bem são os atributos da **não exclusividade e não rivalidade.**

Gabarito: Errado

8. (CEBRASPE / 2022 / Profissional em Atividade de Nível Superior / ANP) A respeito das falhas de mercado e dos conceitos básicos que caracterizam a teoria da regulação econômica, julgue o item a seguir.

As falhas de mercado impedem que uma economia opere em regime de competição perfeita.

Comentários:

Isso mesmo. As falhas de mercado são a **causa de ineficiência dos mercados.**

Em outras palavras: na presença de falhas, o mercado não consegue, sem ajuda, atingir uma situação ótima, na qual a sociedade obtém o maior nível de bem-estar possível.



Gabarito: Certo

9. (CEBRASPE / 2022 / Profissional em Atividade de Nível Superior / ANP) A respeito das falhas de mercado e dos conceitos básicos que caracterizam a teoria da regulação econômica, julgue o item a seguir.

A possibilidade de ocorrência de externalidades negativas no segmento de petróleo e gás natural é uma razão para a atuação regulatória do Estado.

Comentários:

Trocando em miúdos, a questão está nos dizendo que a ocorrência de uma falha de mercado (externalidade negativa) justifica a atuação estatal.

Quando ocorre uma externalidade, os preços de mercado não refletem totalmente os custos ou benefícios de uma atividade econômica. Isso faz com que produtores ou consumidores ignorem o impacto total de suas ações sobre a sociedade.

Para corrigir essa distorção, o Estado intervém regulando a produção, como ao impor impostos sobre a poluição ou limitar emissões.

Essas medidas incentivam os produtores a considerar os custos sociais, aproximando o mercado de uma situação onde os preços refletem o verdadeiro custo da produção.

Gabarito: Certo

10. (CEBRASPE / 2022 / Profissional em Atividade de Nível Superior / ANP) Acerca da teoria microeconômica, julgue o item a seguir.

Iniciativas como os cadastros com informações sobre os históricos de adimplemento e de inadimplemento de obrigações por parte dos devedores tendem a reduzir o problema do risco moral no mercado de crédito.

Comentários:

Na verdade, temos um caso de seleção adversa, que está relacionada à escolha acidental daquilo que é justamente o contrário do que se pretendia.

Assim, devido à falta de informações, as instituições financeiras não conseguem distinguir bons de maus pagadores ao conceder empréstimos. Isso pode levar a juros mais altos para todos, afastando bons pagadores e atraindo maus pagadores.

Esses cadastros, ao fornecerem informações detalhadas sobre o histórico de pagamento dos devedores, ajudam as instituições financeiras a avaliar melhor o risco de crédito. Assim, os credores podem ajustar as condições de empréstimo, oferecendo juros mais baixos para bons pagadores e mais altos para inadimplentes, reduzindo a seleção adversa.



Gabarito: Errado

11. (CEBRASPE / 2022 / Auditor do Estado / SECONT ES) Julgue o próximo item, relativos aos tipos de receitas da administração pública.

O imposto pigouviano é capaz de resolver o problema dos efeitos externos negativos sobre a economia.

Comentários:

O imposto de Pigou visa fazer com que o agente causador da externalidade negativa internalize o custo social do efeito externo a que deu origem.

Lembre-se que a externalidade negativa ocorre quando uma ação causa danos a terceiros que não estão envolvidos, e o responsável por essa ação não paga por esses danos.

O exemplo clássico é o da poluição gerada por uma fábrica. Ela gera um custo social maior do que o custo que a fábrica assume, causando um impacto negativo em outras pessoas.

Para alinhar a produção da fábrica ao nível socialmente ideal, utiliza-se o imposto pigouviano, obrigando-a a incluir esses custos adicionais em suas operações.

Gabarito: Certo

12. (CEBRASPE / 2022 / Analista Ambiental / IBAMA) O item que se segue apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da atuação regulatória do Estado.

A partir de 2019, passou a ser cobrada uma taxa de entrada dos turistas que visitam certo parque nacional, visando-se à remuneração dos investimentos em infraestrutura feitos pela concessionária que administra o parque. Nesse caso, com o início da cobrança da taxa de acesso, o parque nacional deixou de ser um bem público – no sentido econômico – e se tornou um bem quase público, em decorrência da possibilidade de exclusão de usuários que não possam pagar a taxa de acesso, apesar de ainda se caracterizar pela não rivalidade no consumo.

Comentários:

O que a questão está nos dizendo é que a introdução da taxa alterou a natureza do parque, que passou de um bem público puro para um bem que agora é exclusivo, mas que ainda mantém a característica de não rivalidade.

Após a implementação de uma taxa de entrada, o parque se tornou um bem **exclusivo**, porque agora há uma **barreira (a taxa) que impede o acesso de pessoas que não estão dispostas ou não podem pagar**. Isso faz com que o parque deixe de ser um bem público puro, uma vez que um dos critérios (não exclusividade) foi violado.



No entanto, o parque ainda pode ser considerado **não rival**, pois, mesmo após a cobrança da taxa, o uso do parque por uma pessoa normalmente não impede que outras pessoas o usem simultaneamente. Em outras palavras, o **fato de uma pessoa estar no parque não impede, em condições normais, que outras também aproveitem o espaço e os recursos do parque.**

Gabarito: Certo

13. (CEBRASPE / 2022 / Analista Ambiental / IBAMA) O item que se segue apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da atuação regulatória do Estado.

Foi aberta consulta pública para decisão acerca da alocação de recursos do Estado para investimento ou em um parque nacional, ou em novos equipamentos para as Forças Armadas. Nessa situação hipotética, a realização de uma consulta pública revela, de maneira eficiente, a preferência de consumo da população.

Comentários:

Quando se trata da alocação (quantidade ótima de um bem público a ser ofertada), ela não consegue ser eficiente por meio da revelação de preferências do consumidor.

Se as pessoas revelarem suas preferências, elas poderiam ser facilmente cobradas pelo bem público, e é exatamente por não revelarem que elas não pagam por isso e surgem os caronas.

Explico:

Imagine a consulta pública para investimento em bens públicos (parque nacional ou Forças Armadas).

Eu e você usufruímos direta ou indiretamente, certo? Mas imagine que nós dois fazemos questão de que o investimento seja feito no parque nacional.

Se no dia da consulta pública eu revelar minha preferência e você ficar "pianinho", é possível que o Estado consiga cobrar de mim e não de você, ainda que nós dois quiséssemos o investimento no parque.

Em outras palavras, o problema do carona faz com que seja impraticável o financiamento do bem público por aqueles que o utilizam efetivamente. Isso envolveria conhecer as preferências de cada indivíduo potencialmente usuário daquele bem/serviço. No entanto, as pessoas sequer teriam interesse em revelar suas preferências no sentido de maior interesse pelo bem. Logo, a consulta pública não iria revelar de maneira eficiente a preferência de consumo da população.

Gabarito: Certo



14. (CEBRASPE / 2021 / Auditor Fiscal da Receita Estadual / SEFAZ CE) Considerando os problemas microeconômicos clássicos, julgue o item a seguir.

Na presença de falhas de mercado, o problema de free-riders (carona) tende a ocorrer, com maior frequência, em grupos menores.

Comentários:

O **carona** é aquele indivíduo que se beneficia do uso de um bem ou serviço não pagando por isso, pois espera que alguém pague.

O problema do carona ocorre com mais frequência em **grupos maiores**, pois é mais difícil monitorar e identificar quem não contribui.

Em um exemplo prático, imagine que um morador organize uma queima de fogos e cobre uma "taxa de conveniência" de R\$5 dos vizinhos.

Como todos podem assistir ao espetáculo, mesmo sem pagar, a tendência é que, em um grupo grande, mais pessoas decidam não contribuir. Em grupos menores, o monitoramento é mais fácil, e a pressão para contribuir é maior, reduzindo a ocorrência de caronas.

Gabarito: Errado

15. (CEBRASPE / 2021 / Auditor Fiscal da Receita Estadual / SEFAZ CE) Considerando as principais teorias que dão suporte à atuação e às definições do Estado, julgue o item a seguir.

Na presença de benefícios externos, a alocação de mercado é ineficiente, o que justifica a intervenção do Estado.

Comentários:

"Benefícios externos" é uma forma de fazer referência às externalidades positivas, um tipo de falha de mercado que leva à ineficiência produtiva.

Na presença de externalidades, a produção e consumo tendem a ficar abaixo do nível ótimo, pois as escolhas individuais não levam em conta os benefícios sociais.

Gabarito: Certo



16. (CEBRASPE / 2021 / Auditor Fiscal da Receita Estadual / SEFAZ CE) Considerando as principais teorias que dão suporte à atuação e às definições do Estado, julgue o item a seguir.

A alocação eficiente dos recursos produtivos garante maior equidade social.

Comentários:

Eficiência não é sinônimo de equidade. Uma situação pode ser eficiente, mas ainda assim ser socialmente injusta e desigual.

A eficiência, nesse contexto, significa que não há como melhorar a condição de uma pessoa sem prejudicar a de outra. Assim, em um cenário extremo onde um indivíduo possui toda a renda da economia e outro não tem absolutamente nada, essa situação seria considerada eficiente – pois só seria possível melhorar a condição do indivíduo sem renda ao reduzir a riqueza do indivíduo que possui tudo – mas também seria marcada por uma extrema desigualdade.

Gabarito: Errado

17. (CEBRASPE / 2021 / Técnico Bancário / BANESE) No que se refere a negociações e técnicas de venda, julgue o item subsecutivo.

Em se tratando da produção, uma situação é ótima no sentido de Pareto quando se busca aumentar a produção de um bem específico sem provocar declínio na produção de outro produto.

Comentários:

Na verdade, a questão estaria correta se fosse escrita assim:

Em se tratando da produção, uma situação é ótima no sentido de Pareto quando **se busca não é possível aumentar** a produção de um bem específico sem provocar declínio na produção de outro produto.

Imagine que uma fábrica produz dois produtos: A e B.

Se a fábrica está operando em um estado de eficiência de Pareto, isso significa que a empresa está utilizando seus recursos da melhor maneira possível. Nesse estado, se a fábrica quiser produzir mais do produto A, ela terá que redirecionar recursos de B para A, o que reduzirá a quantidade produzida de B.



Logo, uma situação é considerada ótima no sentido de Pareto quando é impossível aumentar a produção de um bem sem sacrificar a produção de outro.

Gabarito: Errado

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1. Qual é a definição de eficiência de Pareto?**
- 2. Por que uma situação Pareto ótima não, necessariamente, justa no sentido distributivo?**
- 3. Quais são os três principais tipos de falhas de mercado?**
- 4. Quais são as características dos bens públicos puros, dos bens meritórios e dos bens comuns?**
- 5. Externalidades podem ser negativas ou positivas. Conceitue e defina critérios objetivos para cada tipo.**



- 6. Por que externalidades positivas também são consideradas falhas de mercado?**
- 7. Informações assimétricas provocam dois problemas principais. Defina esses problemas e cite exemplos de cada um deles.**

Perguntas com respostas

1. Qual é a definição de eficiência de Pareto?

Uma situação econômica é dita eficiente no sentido de Pareto se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra.

Portanto, se é possível melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a situação de outra, a situação é ineficiente.

2. Por que uma situação Pareto ótima não, necessariamente, justa no sentido distributivo?

Porque é possível uma situação econômica na qual não há nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra. Isso ocorre se toda a renda, por exemplo, estiver concentrada com um único indivíduo.

3. Quais são os três principais tipos de falhas de mercado?

Bens públicos, externalidades e informações assimétricas.

4. Quais são as características dos bens públicos puros, dos bens meritórios e dos bens comuns?

Bens públicos puros: não rivais e não exclusivos.

Bens meritórios: não rivais e exclusivos.

Bens comuns: rivais e não exclusivos.

5. Externalidades podem ser negativas ou positivas. Conceitue e defina critérios objetivos para cada tipo.

Externalidades positivas ocorrem quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou negativas, quando trazem prejuízos.

Objetivamente, ocorre uma externalidade quando os custos sociais (CS) são diferentes dos custos privados (CP), ou quando os benefícios sociais (BS) são diferentes dos benefícios privados (BP).

$BS > CS$ = externalidade positiva



$BS < CS$ = externalidade negativa

6. Por que externalidades positivas também são consideradas falhas de mercado?

Porque elas ocorrem quando os benefícios sociais superam os benefícios privados, ou seja, os benefícios que o produtor concede à sociedade são maiores que aqueles pelos quais estará sendo compensado via mercado. Dessa forma, haverá tendência à sub oferta do bem ou serviço (produção menor que o ideal).

7. Informações assimétricas provocam dois problemas principais. Defina esses problemas e cite exemplos de cada um deles.

Risco moral e seleção adversa. O risco moral ocorre quando existe a possibilidade de uma das partes alterar seu comportamento, de forma prejudicial à outra, enquanto a seleção adversa está relacionada à escolha acidental daquilo que é justamente o contrário do que se pretendia. O risco moral está presente, por exemplo, no processo eleitoral: elegemos um representante para buscar os interesses da sociedade, mas nem sempre é o que acontece, né? E a seleção adversa ocorre quando o banco cobra juros elevados para cobrir a inadimplência, e com isso apenas clientes propensos a inadimplir ficam dispostos a arcar com esses juros altos.

...

Parabéns pode ter concluído mais esse relatório! =)

Abraço e bons estudos!!!

Prof. Celso Natale



[Instagram: www.instagram.com/profcelsonatale](https://www.instagram.com/profcelsonatale)



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (CEBRASPE / 2024 / Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial / INPI) À luz da teoria microeconômica, julgue o próximo item.

Um fundo garantidor, integralizado apenas com recursos públicos, voltado a suportar integralmente o risco de crédito de instituições financeiras em operações de empréstimos e financiamentos contratadas com pessoas de baixa renda, mediante o pagamento de taxa de proteção embutida nas prestações, tenderá a criar um problema de risco moral, em função de ações não observáveis dos credores, que prejudicaria a sustentabilidade do sistema de proteção.

2. (CEBRASPE / 2023 / CNMP / Apoio Técnico Administrativo) Acerca das funções fiscais ou clássicas do Estado, julgue o seguinte item.

A assimetria de informação decorrente de comportamentos oportunistas dos agentes possuidores da informação provoca dois problemas principais: a seleção adversa, quando a assimetria deriva das ações dos agentes que distorcem o risco e pode ser amenizada com monitoramento e incentivos em busca de maior lisura nos mecanismos contratuais; e o perigo moral (moral hazard), quando a assimetria está no diferencial de risco entre os diversos agentes econômicos – uma parte sabe suas características privadas e a outra as desconhece ou não tem acesso a elas –, porém tal risco pode ser amenizado com melhorias da qualidade e do fluxo de informações.

3. (CEBRASPE / 2022 - Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC)

Alguns bens e serviços, por sua natureza, não podem ter sua oferta e procura determinadas pelas teorias clássicas da firma e do consumidor. Isso pode ocorrer por várias razões, como o fato de ser impossível impedir que um indivíduo desfrute do benefício trazido pelo bem ou serviço, mesmo que não tenha pago por ele. Um exemplo típico é um farol, que ilumina as águas e o litoral ao redor de sua área. Mesmo que um fornecedor privado do serviço do farol cobrasse as embarcações que chegam ao porto pelo uso do serviço, outras embarcações que não aportam também se beneficiariam da iluminação do farol, porém sem pagar pelo preço do serviço.

Considerando as informações e a situação hipotética do caso do farol, julgue o item a seguir.

A falha de mercado descrita no caso do farol é a externalidade negativa.

4. (CEBRASPE / 2022 - Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC)



Alguns bens e serviços, por sua natureza, não podem ter sua oferta e procura determinadas pelas teorias clássicas da firma e do consumidor. Isso pode ocorrer por várias razões, como o fato de ser impossível impedir que um indivíduo desfrute do benefício trazido pelo bem ou serviço, mesmo que não tenha pago por ele. Um exemplo típico é um farol, que ilumina as águas e o litoral ao redor de sua área. Mesmo que um fornecedor privado do serviço do farol cobrasse as embarcações que chegam ao porto pelo uso do serviço, outras embarcações que não aportam também se beneficiariam da iluminação do farol, porém sem pagar pelo preço do serviço.

Considerando as informações e a situação hipotética do caso do farol, julgue o item a seguir.

A impossibilidade de cobrar cada beneficiário pelo serviço do farol o caracteriza como um bem não exclusivo.

5. (CEBRASPE / 2022 - Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC)

Alguns bens e serviços, por sua natureza, não podem ter sua oferta e procura determinadas pelas teorias clássicas da firma e do consumidor. Isso pode ocorrer por várias razões, como o fato de ser impossível impedir que um indivíduo desfrute do benefício trazido pelo bem ou serviço, mesmo que não tenha pago por ele. Um exemplo típico é um farol, que ilumina as águas e o litoral ao redor de sua área. Mesmo que um fornecedor privado do serviço do farol cobrasse as embarcações que chegam ao porto pelo uso do serviço, outras embarcações que não aportam também se beneficiariam da iluminação do farol, porém sem pagar pelo preço do serviço.

Considerando as informações e a situação hipotética do caso do farol, julgue o item a seguir.

Por ser fornecido pelo Estado, como o serviço de água e esgoto, o serviço de farol é um bem público.

6. (CEBRASPE / 2022 - Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC) Julgue o item subsequente, acerca do papel do estado e das funções econômicas por ele desempenhadas.

A atividade estatal justifica-se pela necessidade de um bem do qual os consumidores não são excluídos caso não o paguem.

7. (CEBRASPE / 2022 / Profissional em Atividade de Nível Superior / ANP) A respeito das falhas de mercado e dos conceitos básicos que caracterizam a teoria da regulação econômica, julgue o item a seguir.



O fornecimento de gás natural e a extração de petróleo são considerados bens públicos por serem essenciais à economia.

8. (CEBRASPE / 2022 / Profissional em Atividade de Nível Superior / ANP) A respeito das falhas de mercado e dos conceitos básicos que caracterizam a teoria da regulação econômica, julgue o item a seguir.

As falhas de mercado impedem que uma economia opere em regime de competição perfeita.

9. (CEBRASPE / 2022 / Profissional em Atividade de Nível Superior / ANP) A respeito das falhas de mercado e dos conceitos básicos que caracterizam a teoria da regulação econômica, julgue o item a seguir.

A possibilidade de ocorrência de externalidades negativas no segmento de petróleo e gás natural é uma razão para a atuação regulatória do Estado.

10. (CEBRASPE / 2022 / Profissional em Atividade de Nível Superior / ANP) Acerca da teoria microeconômica, julgue o item a seguir.

Iniciativas como os cadastros com informações sobre os históricos de adimplemento e de inadimplemento de obrigações por parte dos devedores tendem a reduzir o problema do risco moral no mercado de crédito.

11. (CEBRASPE / 2022 / Auditor do Estado / SECONT ES) Julgue o próximo item, relativos aos tipos de receitas da administração pública.

O imposto pigouviano é capaz de resolver o problema dos efeitos externos negativos sobre a economia.

12. (CEBRASPE / 2022 / Analista Ambiental / IBAMA) O item que se segue apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da atuação regulatória do Estado.

A partir de 2019, passou a ser cobrada uma taxa de entrada dos turistas que visitam certo parque nacional, visando-se à remuneração dos investimentos em infraestrutura feitos pela concessionária que administra o parque. Nesse caso, com o início da cobrança da taxa de acesso, o parque nacional deixou de ser um bem público – no sentido econômico – e se tornou um bem quase público, em decorrência da possibilidade de exclusão de usuários que não possam pagar a taxa de acesso, apesar de ainda se caracterizar pela não rivalidade no consumo.



13. (CEBRASPE / 2022 / Analista Ambiental / IBAMA) O item que se segue apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da atuação regulatória do Estado.

Foi aberta consulta pública para decisão acerca da alocação de recursos do Estado para investimento ou em um parque nacional, ou em novos equipamentos para as Forças Armadas. Nessa situação hipotética, a realização de uma consulta pública revela, de maneira eficiente, a preferência de consumo da população.

14. (CEBRASPE / 2021 / Auditor Fiscal da Receita Estadual / SEFAZ CE) Considerando os problemas microeconômicos clássicos, julgue o item a seguir.

Na presença de falhas de mercado, o problema de free-riders (carona) tende a ocorrer, com maior frequência, em grupos menores.

15. (CEBRASPE / 2021 / Auditor Fiscal da Receita Estadual / SEFAZ CE) Considerando as principais teorias que dão suporte à atuação e às definições do Estado, julgue o item a seguir.

Na presença de benefícios externos, a alocação de mercado é ineficiente, o que justifica a intervenção do Estado.

16. (CEBRASPE / 2021 / Auditor Fiscal da Receita Estadual / SEFAZ CE) Considerando as principais teorias que dão suporte à atuação e às definições do Estado, julgue o item a seguir.

A alocação eficiente dos recursos produtivos garante maior equidade social.

17. (CEBRASPE / 2021 / Técnico Bancário / BANESE) No que se refere a negociações e técnicas de venda, julgue o item subsequente.

Em se tratando da produção, uma situação é ótima no sentido de Pareto quando se busca aumentar a produção de um bem específico sem provocar declínio na produção de outro produto.



Gabarito

1. CERTO
2. ERRADO
3. ERRADO
4. CERTO
5. CERTO
6. CERTO
7. ERRADO
8. CERTO
9. CERTO
10. ERRADO
11. CERTO
12. CERTO
13. CERTO
14. ERRADO
15. CERTO
16. ERRADO
17. ERRADO



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.